

As populações de origem africana nas armações baleeiras catarinenses

Fabiana Comerlato¹

RESUMO

O texto pretende dar visibilidade às populações de origem africana associadas ao ciclo econômico da pesca da baleia. Grande parte do trabalho nas armações baleeiras ocorria por meio da escravização, africanos oriundos de várias regiões da África eram a força produtiva principal envolvida nas atividades de fabricação do óleo de baleia. As fontes documentais nos indicam como era o cotidiano nas armações baleeiras em Santa Catarina durante a segunda metade do século XVIII e primeiras décadas do século XIX. As populações africanas, homens e mulheres escravizados, mesmo em meio às tantas adversidades impostas pela faina baleeira, conseguiram constituir famílias e desenvolver formas de sociabilidade em comunidade.

Palavras-chave: *africanos; armações; pesca da baleia.*

INTRODUÇÃO

Vigentes da segunda metade do século XVIII às primeiras décadas do século XIX, as armações de Santa Catarina eram núcleos populacionais voltados à pesca da baleia e seu beneficiamento. Eram empreendimentos estabelecidos por empresários, por meio de contratos: firmava-se o monopólio como uma concessão real; assim, era possível fazer a exploração exclusiva da pesca da baleia. No território catarinense foram erguidas as seguintes armações, durante o século XVIII, por ordem de fundação: Armação Grande ou de Nossa Senhora da Piedade (1746), Armação de Sant'Ana de Lagoinha ou das Lagoinhas (1772), Armação de São João Batista de Itapocoróia ou Itapocoroy (1778), Armação de São Joaquim de Garopaba (1793) e Armação de Imbituba (1796).

Dessa maneira, as armações fizeram parte de um projeto estratégico de desenvolvimento econômico do Atlântico Sul por meio do monopólio da pesca da baleia, atividade que requeria grande número de trabalhadores, livres e escravizados, daqueles mestres de ofícios e aprendizes tanto em terra como no mar. A maioria dos trabalhadores eram escravizados, que, trazidos de várias regiões da África, iriam compor comunidades em cada uma das armações. Nos interessa, neste texto, responder algumas questões sobre as populações de origem africana: quem eram? De onde vinham? Quantos eram? O que faziam? Como viviam?

ARRANCADAS DA ÁFRICA, ESCRAVIZADAS NAS ARMAÇÕES

*Angolo, Congo, Benguela,
Monjolo, Cabinda, Mina,
Quiloa, Rebolo
Aqui onde estão os homens
Há um grande leilão
Dizem que nele há uma princesa à venda*

¹ Professora da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Líder de pesquisa do Grupo Recôncavo Arqueológico. E-mail: fabianacomerlato@ufrb.edu.br.

*Que veio junto com seus súditos
Acorrentados num carro de boi
Eu quero ver
Eu quero ver
Eu quero ver
Eu quero ver*

O trecho da música *Zumbi*, do premiado álbum *África Brasil*, de 1976, de Jorge Ben Jor, pode ser uma boa chave de entrada para iniciarmos algumas reflexões: Quem eram essas pessoas arrancadas de suas terras ancestrais e amontoadas em tumbeiros? (OLIVEIRA, 2012). Durante o processo de tráfico atlântico, os escravizados eram destituídos de seus nomes, eles passavam a adotar nomes portugueses e os etnônimos tornavam-se então uma espécie de sobrenome. Os escravizados vinham de nações e territórios distintos: os Rebolo eram do norte de Angola; os Monjolo eram das áreas de Monsol no reino de Tio; os Benguela eram do litoral sul da costa Centro-Oeste; os Congo correspondiam aos grupos linguísticos Bakongo do Congo Norte e os Mina eram procedentes da Costa Ocidental da África (AGOSTINI, 2002).

Segundo Oswaldo Rodrigues Cabral, a origem predominantemente dos escravizados em Santa Catarina era do grupo bantú ocidental (CABRAL, 1939, p. 174). Congo, Moçambique, Mina, Benguela, Agumi, Crioulo, Magume, Rebolo, Cabinda, Molumbo, Camundá e Quisamia são os locais de origem descritos na *Lista de Escravos da Armação em 1816*, referente à Armação da Lagoinha (ZIMMERMANN, 2006, p. 46). Na *Relação de Escravos da Fazenda Pública pertencente à Armação da Piedade, e actualmente alugados a Veríssimo Mendes Vianna*, datada de 1836, foram listados os locais de procedência dos escravizados: Ganguela, Benguela, Cambiombe, Munjolo, Rebolo, Congo e Mina (COMERLATO, 1998, p. 30-31). Portanto, a população negra formava um grupo étnico-linguístico heterôgeneo, o qual, forçado ao convívio e apartado de seus laços afetivos e sociais, teve que criar relações de solidariedade e resistência enquanto comunidade sob o julgo da condição de escravidão.

Quando chegavam às armações, os africanos e africanas eram alojados nas senzalas e, tão logo, eram batizados na capela do núcleo baleeiro. Trajados aos trapos mais rústicos, os itens da indumentária resumiam-se em jalecos, calças, ceroulas, camisas e mantas. A alimentação era reduzida (como para a maioria dos pobres), à base de porções de farinha e carne-seca; na falta do charque, o peixe fresco salgado o substituíam (ELLIS, 1969, p. 97).

Eram dezenas e, às vezes, superavam a centúria de pessoas, arroladas nos inventários junto com outros valores (Tabela 1). As quatro armações catarinenses – Piedade (Sta. Catarina), Lagoinha, Itapocoroia e Garopaba – somavam 333 escravizados em 1816, sendo que um pouco mais que a metade era da primeira e maior armação. Por que era preciso tantas pessoas para transformar baleias corpulentas da cor do ébano em líquido espesso da cor do âmbar? A resposta está na compreensão do ciclo de atividades anuais e da operação baleeira: perseguição, arpoamento, rebocamento dos cetáceos, descarnamento, produção do óleo (picar, derreter, depurar, assentar e barrilhar).

Armação de Sta. Catarina	170
Armação da Lagoinha	46

Armação de Itapocoroia	44
Armação de Garopaba	73
TOTAL	333
Fonte: (ELLIS, 1966, p. 382).	

Os escravizados eram maioria, somados a eles nas temporadas de pesca, chegavam os açorianos e madeirenses que trabalhavam nas atividades ao mar. O trabalho alternava-se em atividades terrestres e marítimas, acumulava-se mais de uma função a depender da necessidade, porém existiam alguns ofícios mais especializados.

No espaço de subsistência, os escravizados trabalhavam nos engenhos de farinha, na pequena lavoura e no desmatamento das matas limítrofes a esses empreendimentos coloniais. No espaço produtivo, com edificações alinhadas à praia, os escravizados tinham as seguintes ocupações: cortador (da praia, do açougue, da chacota, de cima da baleia), gancheiro, atacador de fogo na oficina das fornalhas, mestre de azeite, ferreiro, carpinteiro, tanoeiro, pedreiro, calafate, rebatedor de pipas, pombeiro, falguejador caldeireiro, barbeiro, alfaiate e empregado doméstico (COMERLATO, 1998, p. 29).

O mar era espaço do trabalho mais valioso – a pesca das baleias. O trabalho marítimo era realizado por trabalhadores livres e, muitas vezes, os escravizados foram remeiros, timoneiros e arpoadores. Existe um certo equívoco em pensar que os escravizados não iam ao mar, por serem um bem valioso ou por achar-se ser mais fácil a sua fuga. Como explica Miryam Ellis: “Nos entrepostos baleeiros do sul do país, se foram, de preferência poupados às lides marítimas, por questões de economia, não foram totalmente impedidos de participar das pescarias” (ELLIS, 1973, p. 351). A Correspondência Oficial para a Secretaria do Estado dos Negócios da Marinha do ano de 1831 mostra os escravizados atuando tanto nas atividades da terra quanto nas do mar:

(...) avista da informação dada pelo Inspetor do Arsenal de Marinha dessa Corte acerca dos escravos da Nação – Dionizio Ant^o, e Antonio Texeira: Houve por bem Rezolver q’ não obstante entrarem esses n^o numero dos 5 Arpoadores por mim requisitados para a Pesca das Baleia nesta Provincia, continuem a trabalhar pelo seo officio de Carpinteiros de Maxado do referido Arsenal.

Por fim, o cotidiano dos escravizados resumia-se ao trabalho e convívio nas senzalas. As senzalas eram os locais de moradia destinados aos escravizados, aqueles que eram casados viviam em espaços mais reservados, cubículos separados na senzala. Apesar do número reduzido de mulheres escravizadas nas senzalas, havia casamentos e constituíam-se famílias. No Ofício N^o11, de 03 março de 1830, da Correspondência Oficial para a Secretaria do Estado dos Negócios da Marinha, percebemos as ligações familiares de duas gerações – crioulos, portanto, que eram nascidos no Brasil e tinham mães africanas – e como esses laços favoreciam a permanência na comunidade:

(...) ordenar que sejam recolhidos a esta Armação da Piedade, a que pertencem, e onde tem suas Familias, os Escravos Severino, Dionizio, Gabriel, Camilo, e Antonio (...). Estes cinco Escravos pertencem ao Inventario d’esta Armação, onde podem ser mais uteis do que são no Arsenal da Corte, e para onde não só a utilidade do Serviço, e a justiça Os chama, mas athe a humanidade, por serem lhes crioulos, e terem Aqui suas Mães, e Mulheres, e mais famílias.

Além do casamento entre africanos, as mulheres escravizadas nas armações viviam em

um espaço majoritariamente masculino, em que as relações entre administradores, trabalhadores livres e escravizados eram assimétricas. A partir da análise do *Livro de Registro de Batizados da Armação da Piedade de 1815 a 1826*, identificamos registros de expostos, de crianças de mãe escrava solteira e pai incógnito, de crianças de pais escravos casados e de crianças de mãe viúva e pai incógnito (COMERLATO, 1998, p. 30).

O trabalho das mulheres, além de nas atividades domésticas, estava presente na produção da cerâmica. Nas escavações do sítio Armação do Sul, em 1969 e 1974, pelo Pe. João Alfredo Rohr, foram evidenciados os alicerces da senzala da Armação da Lagoinha e foram coletados fragmentos de vasilhas e cachimbos em cerâmica, denominada pela arqueologia brasileira como Monjolo ou Neo-brasileira, a qual possui decoração incisa formando motivos geométricos e tem sido interpretada como elemento de identidade das populações africanas (COMERLATO, 2007).

Ao final da vida, o acúmulo de jornadas exaustivas de trabalho, as condições precárias de sobrevivência, o cotidiano sob vigilância, regramentos e castigos, tudo isso tornava susceptíveis o corpo e a psique dos escravizados, que eram então acometidos de enfermidades e limitações físicas e distúrbios mentais. Na *Lista de Escravos da Armação em 1816*, da Lagoinha, constam arrolados 46 homens em idade avançada; dentre os doentes, estavam: Antônio Jacinto, Mina, 64 anos, cortador de açougue, maníaco; Francisco, Benguela, 46 anos, falguejador, tinha o braço quebrado; André, 71 anos, era torto e decrépito; Salvador, Mina, 66 anos, gancheiro, cego (ZIMMERMANN, 2006, p. 46).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante muitos anos, as populações de origem africana que viveram nas armações baleeiras catarinenses foram percebidas como mão-de-obra e mercadoria, vistas como vítimas do processo exploratório da atividade baleeira, perspectiva que evidencia olharmos esses sujeitos meramente como escravizados. Para além da condição de cativos e cativas, essas populações formaram parte de uma comunidade baleeira, estabelecendo relações interculturais, resistindo em meio a relações de poder assimétricas, compartilhando elementos identitários e construindo relações familiares e de pertencimento. Portanto, cabe-nos a procura de novos documentos em arquivos ainda não explorados, a revisão das fontes já conhecidas e, principalmente, o desenvolvimento de pesquisas que possam dar maior visibilidade histórica às populações de origem africana nas armações baleeiras catarinenses.

FONTES

Correspondência Oficial para a Secretaria do Estado dos Negócios da Marinha. 1830-1836 (manuscrito) do Pres. da Província. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

REFERÊNCIAS

AGOSTINI, Camilla. **Africanos no cativeiro e a construção de identidades no além-mar**. Vale do Paraíba, século XIX. 2002. Dissertação (Mestrado em História), Departamento de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2002.

COMERLATO, Fabiana. **Análise espacial das armações catarinenses e suas estruturas remanescentes**: um estudo através da arqueologia história. 1998. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1998.

COMERLATO, F. A Experiência das Oficinas de Arqueologia e populações de origem africana
The Experience of Workshops on Archeology of African Descendent Populations. **PerCursos**, [S. l.], v. 6, n. 2, 2007. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/percursos/article/view/1444>. Acesso em: 28 fev. 2021.

ELLIS, Myriam. **As feitorias baleeiras meridionais do Brasil colonial**. 1966. Tese (Livre-docência) – Universidade de São Paulo, 1966.

ELLIS, Myriam. **A Baleia no Brasil Colonial**. São Paulo: Melhoramentos, 1969.

ELLIS, Myriam. Escravos e assalariados na antiga pesca da baleia (Um capítulo esquecido da história do trabalho no Brasil Colonial). In: Simpósio Nacional dos professores universitários de História, 6, 1971, Goiânia. **Anais do VI Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História**. Trabalho livre e trabalho escravo. São Paulo: FFLCH-USP, 1973, v. 1, p. 307-351.

OLIVEIRA, Luciana Xavier. África Brasil (1976): uma análise midiática do Álbum de Jorge Ben Jor. **Contemporânea**. Comunicação e Cultura, vol. 10, n. 01, p. 158-174, jan-abr. 2012.

ZIMMERMANN, Fernanda. **O funcionamento da Armação da Lagoinha**: hierarquia do trabalho e o controle dos escravos na caça à baleia (Ilha de Santa Catarina, 1772-1825). 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em História) – Departamento de História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.